

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 2.503, DE 2003

Altera parcialmente a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do Petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

**Autor:** Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar operações no setor de combustíveis, relacionadas com a sonegação dos tributos, máfia, adulteração e suposta indústria de liminares.

**Relator:** Deputado LUIZ ALBERTO

### I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.503, de 2003, introduz um novo inciso no art. 6º da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do Petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional de Petróleo e dá outras providências. O inciso que a proposição agrega à Lei define a armazenagem como sendo a atividade de recebimento e de guarda de produtos de petróleo, seus derivados, gás natural, outros hidrocarbonetos e álcool por uma empresa autorizada à tal atividade, e que recebe e guarda os produtos em nome de um distribuidor que os adquiriu por terceiros junto a um Produtor ou a um Importador.

A Comissão de Minas e Energia opinou pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.503, de 2003.

Chega em seguida a matéria a esta Comissão, onde se lança o presente parecer.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Incumbe a esta Comissão, consoante a alínea a do inciso IV do art. 32 do Regimento Interno, pronunciar-se sobre os projetos, quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa.

É competência privativa da União legislar sobre energia, consoante o disposto no inciso IV do art. 22.

Ao examinar a matéria, esta Relatoria concluiu que não há impedimento à iniciativa de Parlamentar no caso. O exame mostrou também que o Projeto é constitucional e jurídico.

No que concerne à técnica legislativa, cabe reparos.

Há que se fazer referência à lei modificada no art. 1º do Projeto. O art. 2º da proposição deve ser suprimido, por se tratar de cláusula de revogação genérica, conforme o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Ante o exposto, este Relator vota pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.503, de 2003, na forma das emendas de técnica legislativa que seguem anexas.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2005.

Deputado LUIZ ALBERTO  
Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### PROJETO DE LEI Nº 2.503, DE 2003

Altera parcialmente a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do Petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

### EMENDA Nº 1

O enunciado do art. 1º do Projeto passa a ter a seguinte  
redação:

*“ Art. 1º No art. 6º da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, fica incluso o inciso XXIV com o seguinte teor:*

*.....”*

Sala da Comissão, em 20 de Setembro de 2005.

Deputado LUIZ ALBERTO  
Relator

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 2.503, DE 2003**

Altera parcialmente a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do Petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

### **EMENDA Nº 2**

Suprima-se o art. 2º do Projeto e renumere-se o seguinte.

Sala da Comissão, em 20 de Setembro de 2005.

Deputado LUIZ ALBERTO  
Relator